Contrato (extracto)

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sobral Cid de 30 de Maio de 2006, ratificado pelo conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro em 27 de Julho de 2006:

Alfredo Luís Pereira Antunes, auxiliar de alimentação — contratado em regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a partir de 4 de Julho de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Agosto de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Alberto Coelho*. 3000214802

TRIBUNAIS**TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA****Anúncio**

Processo n.º 1687/05.3TBAGD-N.
Verificação ulterior créditos/outros direitos (CIRE).
Autor — Massa insolvente de O Cepo Indústria Exportadora de Mobiliário, L.ª
Insolvente — Massa insolvente de J. Coutinho & Santos, L.ª

Ana Luísa Bernardes, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Águeda, faz saber que, nos presentes autos supra-identificados, que correm por apenso aos autos de declaração de insolvência, por este Juízo e Tribunal, em que é devedora massa insolvente de J. Coutinho & Santos, L.ª, com sede na Avenida de Calouste Gulbenkian, 182, 184, rés-do-chão, Águeda, 3750-000 Águeda, correm éditos de 10 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores da massa insolvente para, no prazo de 20 dias, findos os dos éditos, contestarem, querendo, a presente acção (artigos 146.º e 148.º do CIRE e 783.º do CPC), e na qual pretende o autor que seja verificado o seu crédito no montante de 869,53 euros, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição de quem o queira consultar, dentro das horas normais de expediente.

20 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Luísa Bernardes*. — O Oficial de Justiça, *Arnaldo Moreira da Costa*. 1000305556

TRIBUNAL DA COMARCA DE AMARANTE**Anúncio**

Processo n.º 1353/06.2TBAMT.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — Sabel — Distribuição Eléctrica, S. A.
Insolvente — Goreti da Conceição de Azevedo Ribeiro.

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Amarante, 2.º Juízo de Amarante, no dia 30 de Agosto de 2006, às 12 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Goreti da Conceição de Azevedo Ribeiro, solteira, número de identificação fiscal 134318137, com endereço na Avenida de Joaquim Leite de Carvalho, 22, 3.º, S, São Gonçalo, 4600-000 Amarante, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada Teresa Paula Rodrigues Liberal Alegre da Silva Pidwell Silva, com domicílio: Teresa Alegre e Pedro Pidwell, Sai, L.ª, Rua do Mercado, bloco 3, 2.º, apartado 204, Anadia, 3781-909 Anadia.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação, por outra forma, garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

30 de Agosto de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Ferreira Lima*. — A Oficial de Justiça, *Ana Martins*. 1000305530

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO**Anúncio**

Processo n.º 5106/05.7TBAVR.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S. A.
Insolvente — Hugo Miguel de Aquino Pereirinha e outro(s).

Hugo Miguel de Aquino Pereirinha, nascido em 9 de Novembro de 1978, freguesia de Glória, Aveiro, número de identificação fiscal 217641563, com endereço na Travessa de Mário Sacramento, 45, 1.º, direito, Glória, 3800-000 Aveiro.

Administrador da insolvência: Dr. José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, com domicílio profissional na Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, edifício 15, 3.º, G, Aveiro.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado por decisão de 6 de Setembro de 2006.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente (artigo 232.º do CIRE).

6 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Beça Pereira*. — A Oficial de Justiça, *Carla Fortes*. 1000305567

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS**Anúncio**

Processo n.º 2706/06.1TBACL.
Insolvência de pessoa singular (apresentação).
Insolvente — Maria de Lurdes Faria de Sousa Barros.
Credor — Banco BPI, S. A.

Despacho inicial incidente de exoneração passivo restante e nomeação de fiduciário

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Maria de Lurdes Faria de Sousa Barros, divorciada, nascida em 15 de Fevereiro de 1952, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 154265853, bilhete de identidade n.º 3590001, com endereço no lugar de Crujeães, 4755-536 Várzea.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado Francisco Duarte, com endereço na Rua de Cândido da Cunha, 232, 4.º, esquerdo, 4750-276 Barcelos.

Durante o período de cessão (cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus

rendimentos e património, na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado.

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão, quando desempregado, não recusando, desrazoavelmente, algum emprego para que seja apto.

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos, objecto de cessão.

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego.

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

23 de Agosto de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Maria da Silva Sousa Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Zacarias Coelho Costa*.
1000305575

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio

Processo n.º 4378/06.4TBRRG.
Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).
Insolvente — Fernanduslimpa — Limpezas Industriais, L.ª
Efectivo com credores — Instituto de Gestão da Segurança Social de Braga e outro(s).

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:
Insolvente: Fernanduslimpa — Limpezas Industriais, L.ª, número de identificação fiscal 504846892, com endereço na Rua de José Inácio Peixoto, 81, Ad, Braga, 0000-000 Braga.

Administrador da insolvência: Francisco Duarte, com endereço no lugar da Estrada, Vila Boa, 4750-786 Barcelos.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado por insuficiência da massa insolvente.

A decisão de encerramento do processo foi determinada a 25 de Agosto de 2006.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

28 de Agosto de 2006. — A Juíza de Direito, de turno, *Deolinda Dionísio*. — O Oficial de Justiça, *Alfredo Manuel Mourão Leite*.
1000305574

TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

Anúncio

Processo n.º 477/06.0TBCTX.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — Enatur — Empresa Nacional Turismo, S. A.
Insolvente — Rogério Bruno Meirinho Cardoso e outro(s).

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca do Cartaxo, 1.º Juízo do Cartaxo, no dia 30 de Junho de 2006, às 10 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores: Rogério Bruno Meirinho Cardoso, casado (regime: desconhecido), nascido em 29 de Março de 1972, concelho de Lisboa, freguesia do Campo Grande, Lisboa, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 197593151, bilhete de identidade n.º 9867391, com endereço na Avenida de 9 de Abril, 26, Pontével, 2070-000 Cartaxo, e Maria de Fátima Gouveia Pinto Ferreira, casada (regime: desconhecido), nascida em 22 de Novembro de 1959, freguesia de Vila do Porto, Vila do Porto, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 103473769, bilhete de identidade n.º 5325206, com endereço na Avenida de 9 de Abril, 26, Pontével, 2070-000 Cartaxo, com residência na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Ana Rito, com domicílio na R Quinta Palmeiras, 28, 2780-145 Oeiras.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das

custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação, por outra forma, garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

30 de Junho de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela dos Santos Pereira*. — A Oficial de Justiça, *Cláudia Pereira*.
1000305569

Anúncio

Processo n.º 1327/05.0TBCTX.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — Mosmáquinas — Venda e Aluguer de Máquinas, L.ª
Insolvente — Transgazela — Transportes Unipessoal, L.ª, na pessoa de Ana Paula Mesquita Vieira.

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca do Cartaxo, 1.º Juízo do Cartaxo, no dia 16 de Maio de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Transgazela — Transportes Unipessoal, L.ª, na pessoa de Ana Paula Mesquita Vieira, com endereço na Rua dos Combatentes, 35, Casais de Monte Godelo, 2050-193 Aveiras de Cima, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada Anabela Nunes Aguiar Salvado Queirós, com domicílio na Rua de Carlos Testa, 10, rés-do-chão, direito, Lisboa, 1050-046 Lisboa.

É administradora da devedora Ana Paula Mesquita Vieira Colaço, Rua do Professor Dr. José Sebastião e Silva, 12, rés-do-chão, direito, 7800-512 Beja, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação, por outra forma, garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

17 de Maio de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela dos Santos Pereira*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Teixeira*.
3000208496